

A. I. N° - 269.112.0051/05-5
AUTUADO - JONAS ARAUJO FERREIRA
AUTUANTE - ADRIANO TOSTO DOS SANTOS
ORIGEM - IFMT-DAT/METRO
INTERNET - 27. 10. 2005

4ª JUNTA DE JULGAMENTO FISCAL

ACÓRDÃO JJF N° 0387-04/05

EMENTA: ICMS. DOCUMENTOS FISCAIS. NOTAS FISCAIS. VENDAS À CONSUMIDOR FINAL FALTA DE EMISSÃO DA DOCUMENTAÇÃO FISCAL CORRESPONDENTE. AUDITORIA DE “CAIXA”. MULTA POR DESCUMPRIMENTO DE OBRIGAÇÃO ACESSÓRIA. Infração caracterizada. Auto de Infração **PROCEDENTE**. Decisão unânime.

RELATÓRIO

O Auto de Infração em lide, lavrado em 27/01/2005, aponta a falta de emissão de nota fiscal de venda a consumidor, constatada através de Auditoria de Caixa. - Multa de R\$690,00.

O autuado, em sua impugnação, à fl. 16, alega que sempre esteve regular na SEFAZ e que quando a fiscalização esteve no estabelecimento a funcionária que estava no caixa mostrou importância de dias anteriores que eram para fazer depósitos, entretanto, a empresa não estava sem retirar notas fiscais, pois a fiscalização chegando ao estabelecimento encontrou o talonário fiscal ao lado do caixa.

O autuante em sua informação fiscal, folhas 22 e 23, esclarece que a ação fiscal decorreu da denúncia de nº 7.097/04.

Salienta que, em diligência realizada no estabelecimento da autuada foi feita uma Auditoria de Caixa onde se obteve saldo credor e para tanto foi emitida a nota fiscal série D-1 nº 3385 no valor correspondente a diferença de modo a regularizar a situação.

Acrescenta que a alegação da autuada de que “estava no caixa importâncias de dias anteriores que eram para fazer depósitos e pagamentos bancários”, não se sustenta, uma vez que o inciso I do parágrafo 3º, art. 2º do RICMS/BA é bastante incisivo quanto a ocorrência de saldo credor de caixa:

§ 3º Presume-se a ocorrência de operações ou de prestações tributáveis sem pagamento do imposto, a menos que o contribuinte comprove a improcedência da presunção, sempre que a escrituração indicar: I – saldo credor de caixa;

Por fim, opina pela manutenção do presente Auto de Infração.

VOTO

Trata-se de Auto de Infração lavrado para exigir multa de R\$690,00, por falta de emissão de nota fiscal de venda a consumidor, constatada através do roteiro de Auditoria de Caixa, conforme se vê à fl. 10 do PAF.

O art. 42 inciso XIV-A, “a”, da Lei nº 7014/96, prevê multa no valor de R\$690,00 aos estabelecimentos comerciais que forem identificados realizando operações sem a emissão da documentação fiscal correspondente. E a constatação através da Auditoria de Caixa, da existência do valor de R\$ 593,52 sem a emissão de nota fiscal de venda ao consumidor comprova a infração apontada.

O autuado na peça defensiva não anexou nenhuma nota fiscal que comprovasse a improcedência da presunção. Sendo assim, conforme disposto no art. 143 do RPAF/99, a simples negativa do cometimento da infração não desonera o sujeito passivo de elidir a presunção de legitimidade da autuação fiscal, e dessa forma, entendo que a infração deve ser mantida.

Face ao exposto, voto pela PROCEDÊNCIA do Auto de Infração.

RESOLUÇÃO

ACORDAM os membros da 4ª Junta de Julgamento Fiscal do Conselho de Fazenda Estadual, por unanimidade, julgar **PROCEDENTE** o Auto de Infração nº **269112.0051/05-5**, lavrado contra **JONAS ARAUJO FERREIRA.**, devendo ser intimado o autuado para efetuar o pagamento da multa no valor de **R\$690,00**, prevista no art. 42, XIV-A “a”, da Lei nº 7.014/96.

Sala das Sessões do CONSEF, 18 de outubro de 2005.

ANTONIO CESAR DANTAS DE OLIVEIRA - PRESIDENTE

MARCO AURÉLIO ANDRADE SOUZA - RELATOR

TERESA CRISTINA DIAS CARVALHO - JULGADORA